



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Modos de feitura da cidade: dimensões sensíveis da vida urbana contemporânea

v 15 | n 28 | jan-jun 2026

Entre vigilâncias e interrupções: ação coletiva em um bairro sob controle territorial armado no Rio de Janeiro

Monique Batista Carvalho



Edição eletrônica

URL: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/naui>

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

CARVALHO, Monique Batista. Entre vigilâncias e interrupções: ação coletiva em um bairro sob controle territorial armado no Rio de Janeiro. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 15, n. 28, jan-jun 2026, e9057. Semestral.

© NAUI

Entre vigilâncias e interrupções: ação coletiva em um bairro sob controle territorial armado no Rio de Janeiro

Monique Batista Carvalho¹

Resumo

O artigo analisa a ação coletiva em um bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro marcado pelo controle territorial exercido por grupos milicianos. A partir de pesquisa qualitativa em andamento, investiga como a presença armada incide sobre o cotidiano, a circulação e as formas de organização coletiva e afeta práticas, temporalidades e possibilidades de encontro. Dialogando com o conceito de “vida sob cerco”, o artigo propõe uma abordagem que enfatiza as dimensões sensíveis da vida urbana e destaca como vigilâncias, interrupções e antecipações organizam práticas individuais e coletivas. Argumenta-se que, mesmo em contextos de coerção e violência difusa, a ação coletiva não desaparece, mas se reorganiza por meio de repertórios marcados pela cautela, pelo silêncio e por estratégias de permanência. Nesse cenário, as ações culturais emergem como práticas centrais para a produção de sociabilidades, a criação de espaços temporários de encontro e a disputa de narrativas estigmatizantes no território local cotidiano.

Palavras-chave: ação coletiva; violência urbana; milícias; vida cotidiana; Periferia.

Abstract

This article analyzes collective action in a neighborhood of Rio de Janeiro’s West Zone marked by territorial control exercised by militia groups. Based on ongoing qualitative research, it examines how armed presence shapes everyday life, circulation, and forms of collective organization, affecting practices, temporalities, and possibilities of encounter. Drawing on the concept of “life under siege”, the article adopts an approach that emphasizes the sensitive dimensions of urban life, highlighting how surveillance, interruptions, and anticipation organize individual and collective practices. It argues that, even in contexts of

¹ Professora adjunta do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ) e coordenadora do Cidades: Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ). E-mail: carvalho.nique@gmail.com.

coercion and diffuse violence, collective action does not disappear but is reconfigured through repertoires marked by caution, silence, and strategies of permanence. In this setting, cultural actions emerge as central practices to produce sociability, the creation of temporary spaces of encounter, and the contestation of stigmatizing narratives within the local territory and everyday urban experience.

Keywords: collective action; urban violence; militias; everyday life; urban periphery.

Resumen

El artículo analiza la acción colectiva en un barrio de la Zona Oeste de Rio de Janeiro marcado por el control territorial ejercido por grupos milicianos. A partir de una investigación cualitativa en curso, examina cómo la presencia armada incide en la vida cotidiana, la circulación y las formas de organización colectiva, afectando prácticas, temporalidades y posibilidades de encuentro. En diálogo con el concepto de vida bajo cerco, el artículo propone un enfoque que enfatiza las dimensiones sensibles de la vida urbana, destacando cómo la vigilancia, las interrupciones y las anticipaciones organizan las prácticas individuales y colectivas. Se sostiene que, incluso en contextos de coerción y violencia difusa, la acción colectiva no desaparece, sino que se reorganiza mediante repertorios marcados por la cautela, el silencio y estrategias de permanencia. En este escenario, las acciones culturales emergen como prácticas centrales para la producción de sociabilidades, la creación de espacios temporales de encuentro y la disputa de narrativas estigmatizantes sobre el territorio.

Palabras clave: acción colectiva; violencia urbana; milicias; vida cotidiana; periferia.

Introdução²

Nas últimas décadas, a cidade do Rio de Janeiro tem sido profundamente marcada pela intensificação das disputas pelo controle territorial armado, em especial nas áreas periféricas. A expansão e consolidação das milícias, em articulação e conflito com facções do tráfico de drogas, não apenas reconfiguraram o mapa da violência urbana, como também passaram a incidir de forma decisiva sobre as maneiras pelas quais os moradores vivem, circulam, organizam encontros e produzem coletivamente a cidade no cotidiano.

² Uma primeira versão desse texto foi apresentada na XV Reunião de Antropologia do Mercosul (2025) e o *paper* pode ser encontrado nos Anais Eletrônicos (<https://www.ram2025.sinteseeventos.com.br/anais/divisao/lista>).

Este artigo parte da compreensão de que a cidade é continuamente produzida por práticas ordinárias, ajustes cotidianos e formas situadas de convivência, mesmo em contextos marcados por coerção, vigilância e incerteza. Analisamos como a vida urbana se constrói sob condições de cerco territorial, atentando para as dimensões sensíveis que atravessam o cotidiano daqueles que vivem e produzem na cidade (Machado da Silva, 2008; Carvalho; Rocha; Da Motta, 2023; Carvalho; da Motta, 2024).

A partir de pesquisas realizadas sobre os grupos armados na Zona Oeste do Rio de Janeiro³, o artigo analisa os efeitos dos conflitos territoriais sobre a atuação de coletivos culturais, associações de moradores e organizações políticas de base local na Praça Seca. O bairro experimentava, no momento da pesquisa, uma intensa disputa pelo controle territorial armado entre traficantes e milicianos nas favelas locais, disputa que transbordava para as áreas reconhecidas como formais. Interessa-nos compreender como esses grupos produzem espaços de sociabilidade, circulação e permanência em um contexto marcado por recorrentes episódios de violência armada, o que exige a organização do cotidiano por meio da antecipação e da vigilância constante.

Diferentemente de outras áreas da cidade em que a experiência da violência armada se associa quase que exclusivamente às favelas, a Praça Seca apresenta uma configuração particular. Embora os conflitos se concentrem sobretudo nas favelas do Bateau Mouche (Batô), Morro São José Operário (Barão), Favela da Chacrinha e Morro do Divino, seus efeitos extrapolam esses limites e afetam a circulação, os encontros e as atividades coletivas em diferentes partes do bairro, principalmente nas regiões centrais como a própria praça que empresta nome ao bairro e a rua principal, a Cândido Benício, via por onde circula o *Bus Rapid Transit* (BRT Transcarioca)⁴. Assim, a experiência cotidiana da presença armada não é homogênea, mas produz distintas formas de exposição ao risco entre moradores das áreas consideradas formais e das favelas.

Machado da Silva (2008) argumenta que moradores de favelas experimentam uma vida sob um cerco, estatal e não estatal, caracterizada pela possibilidade permanente de irrupção da

³ As pesquisas desenvolvidas sob a coordenação da autora, no âmbito do Cidades: Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ) são: Grupos armados, disputas territoriais e resistências culturais em bairros na Zona Oeste do Rio de Janeiro (Edital APQ1 – FAPERJ – 2024-2026); Dinâmicas da violência urbana nas periferias do Rio de Janeiro: os efeitos do crescimento de grupos armados na vida dos moradores da Zona Oeste (CNPQ – IC – 2022-2024) e Milícias, facções e precariedade nas periferias cariocas: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos frente ao controle operado por grupos armados (Fundação Heinrich Böll – 2022-2023).

⁴ O BRT Transcarioca foi inaugurado em 2014 e as estações Ipase, Praça Seca, Capitão Menezes e Pinto Teles passam o bairro.

violência e pelos efeitos que essa condição produz sobre a continuidade das rotinas cotidianas e sobre a manifestação pública de demandas coletivas. Formulado a partir de entrevistas realizadas com moradores de diferentes favelas do Rio de Janeiro e sistematizado no livro “Vida sob Cerco” (2008), este conceito permitiu aprofundar as consequências urbanas daquilo que o autor denominou de sociabilidade violenta, entendida como uma ordem social na qual a força física se converte em princípio de regulação das relações sociais.

Ao longo das décadas seguintes, a consolidação dessa ordem contribuiu para que os conflitos urbanos fossem progressivamente representados sob a linguagem da guerra, legitimando intervenções policiais recorrentes em territórios classificados como dominados por grupos armados. Em revisão posterior, realizada em parceria com Menezes (2019), Machado da Silva enfatiza que a experiência do cerco se traduz na virtualidade permanente do conflito violento, produzida pela coexistência e pela atuação imprevisível de traficantes, milícias e forças policiais. Nessas condições, a gestão cotidiana da vida passa a ser atravessada pela antecipação dos riscos, pela interrupção das rotinas e pela constante preocupação com a preservação da integridade física e patrimonial.

Dialogando com essa tradição analítica (Machado da Silva, 2008; Machado da Silva; Menezes, 2019; Rocha, Carvalho e Da Motta, 2024), propomos uma atualização que enfatiza não apenas os constrangimentos impostos pelos grupos armados, que na análise de Machado da Silva seriam os portadores da sociabilidade violenta (2008), mas também as formas pelas quais moradores e organizações comunitárias aprendem a habitar a cidade sob tais condições. Argumentamos que o cerco não se limita a restringir a vida urbana. Ele produz formas específicas de habitar a cidade, marcadas por horários, trajetos e encontros permanentemente negociados, nas quais a ação coletiva se reorganiza de maneira discreta, cuidadosa e, muitas vezes, silenciosa.

Nesse contexto, as organizações coletivas de base local e os ativismos de forma geral emergem como um observatório privilegiado para compreender os modos contemporâneos de feitura da cidade em territórios periféricos. Carneiro (2023) e Gohn (2025) têm analisado as formas de ação coletiva mais recentes e identificado uma pluralidade de associativismos e uma ampliação dos repertórios que caracterizam a atuação política. Longe de se configurarem apenas como estratégias simbólicas, tais iniciativas articulam disputas por pertencimento, circulação e reconhecimento, criando ambiências possíveis em meio à instabilidade e à coerção.

Ao analisar as experiências dos grupos no bairro, acompanhando suas atividades como exibição de filmes, oficinas, práticas esportivas, atividades de formação e rodas de rimas, percebemos que os grupos produzem espaços temporários de suspensão do medo, ainda que atravessados por limites impostos pela presença difusa dos grupos armados. Ao mesmo tempo, o artigo evidencia como essa violência armada se manifesta de maneira desigual no interior do próprio bairro, diferenciando áreas formais e favelizadas e produzindo hierarquias de circulação, visibilidade e exposição ao risco. Mostramos que, mesmo sob domínio miliciano, a cidade continua sendo feita por meio de negociações cotidianas, estratégias de permanência e invenções práticas que revelam formas específicas de ação política e produção da vida urbana.

Os dados apresentados neste artigo resultam de pesquisas desenvolvidas desde 2019 sobre as dinâmicas dos grupos armados na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Inicialmente, o trabalho de campo teve caráter exploratório e foi motivado pelo interesse em compreender as disputas entre grupos milicianos que se intensificavam na Praça Seca. A partir de 2022, a pesquisa passou a ser realizada de forma sistemática e deu origem ao relatório *Milícias, Facções e Precariedade* (2023). O foco era também compreender as formas de antecipação e circulação de moradores diante dos confrontos armados e a atuação política frente ao cerco imposto pelos grupos que dominavam o território.

Ao longo desse percurso, foi constituído um banco de dados com cerca de 400 registros de notícias publicadas entre 2005 e 2026 em jornais e portais de grande circulação sobre a atuação de milícias na Praça Seca e em outros bairros da Zona Oeste e, mais recentemente, Zona Sudoeste. Paralelamente, realizamos um mapeamento de instituições, projetos e coletivos atuantes nos campos sobretudo das ações relacionadas à cultura e à educação nessas regiões da cidade. Identificamos 55 iniciativas.

A rede de relações estabelecida durante a pesquisa sobre grupos armados possibilitou o desenvolvimento de uma nova investigação voltada para os efeitos da violência sobre as formas de organização coletiva. Para este artigo, foram selecionadas seis iniciativas, entre instituições formalizadas e coletivos autônomos, cujos representantes foram entrevistados entre 2022 e 2025. Ao todo, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas, gravadas com autorização dos interlocutores. Essas entrevistas constituem a principal fonte empírica da análise aqui apresentada, complementadas pelo levantamento documental e pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos grupos. Considerando a sensibilidade do

tema, os nomes dos entrevistados e das instituições foram omitidos, sendo preservadas informações que pudessem permitir sua identificação.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção, apresentamos um breve histórico do surgimento e expansão das milícias em Jacarepaguá, em especial, na Praça Seca, tentando estabelecer uma correlação com a expansão das milícias no Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. Na segunda, discutimos o percurso histórico das organizações coletivas de base local, com destaque para as associações de moradores e a emergência dos coletivos e outras formas contemporâneas de organização coletiva e como essas formas de fazer política se cruzaram com a violência armada e, mais recentemente, com os conflitos armados na região de Jacarepaguá. Na sequência, cotejamos os dados empíricos, a partir de alguns trechos das entrevistas realizadas com os interlocutores sobre suas percepções e experiências junto aos grupos armados que atuam na Praça Seca. Em grande parte da pesquisa, a Praça Seca estava dominada pela milícia, contudo, em dezembro de 2022, a facção Comando Vermelho (CV) empreendeu uma investida nas áreas de milícias da região de Jacarepaguá e iniciou uma grande disputa onde o CV acabou por dominar duas das principais favelas: o Batô e a Chacrinha. Por fim, nas considerações finais, retomamos as contribuições do estudo para o debate sobre violência e ação coletiva, enfatizando como a vida urbana é continuamente produzida, mesmo sob cerco.

Surgimento e expansão das milícias em Jacarepaguá

Localizada na região de Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a Praça Seca constitui uma área de intensa circulação urbana e forte heterogeneidade social. O bairro combina áreas residenciais formais, conjuntos habitacionais, comércio de rua, equipamentos culturais e esportivos, além de um conjunto de favelas distribuídas em seu entorno. Cortada por importantes vias de ligação entre diferentes partes da cidade, a região se caracteriza por uma intensa vida cotidiana, marcada por deslocamentos, atividades comerciais e iniciativas culturais locais. Nas últimas décadas, tornou-se também um território estratégico nas disputas pelo controle armado da cidade, especialmente pela presença de grupos milicianos e conflitos com facções do tráfico de drogas (Carvalho; Da Motta, 2024)⁵.

⁵ No Banco de Dados sobre as notícias relacionadas aos conflitos armados na Praça Seca, encontramos diversos registros, tais como: Guerra entre milicianos e traficantes leva medo a moradores da Praça Seca (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/guerra-entre-milicianos-e-trafficantes-leva-medo-a-moradores-da-praca-seca-2584502.ghtml>); Milícias se unem e viram ‘força quase única’ na Praça Seca, Zona Oeste do Rio, substituindo o tráfico

Em termos administrativos, a cidade do Rio de Janeiro é dividida em cinco Áreas de Planejamento (APs). Nessa divisão territorial, os bairros localizados nas APs 4 e 5 integrantes das regiões administrativas de Jacarepaguá, Cidade de Deus, Barra da Tijuca, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Realengo e Bangu eram denominados como Zona Oeste. Recentemente, a prefeitura da cidade reorganizou essa estrutura e criou a Zona Sudoeste que recebeu parte dos bairros da região administrativa da AP4⁶.

A Zona Sudoeste, denominada por AP4, reúne 20 bairros e a Zona Oeste possui 21 bairros, as duas regiões são separadas pelo maciço da Pedra Branca e representam mais de 70% do território de toda a cidade, onde residem 2.945.963 habitantes, segundo o Censo de 2022. É nessa região da cidade que o fenômeno das milícias nasceu e ganhou visibilidade.

A Praça Seca é um bairro localizado na Área de Planejamento 4 (AP4), que integra as Regiões Administrativas da Barra da Tijuca, Cidade de Deus e Jacarepaguá, na Zona Sudoeste, e conta com 63.284 habitantes, segundo informações do Censo de 2022. Considerado um lugar de passagem porque está no meio do caminho entre os bairros Tanque e Madureira, na Zona Norte. A história de ocupação do bairro, primeiramente denominado Vale do Marangá, remonta ao período colonial. O nome Praça Seca ficou popularizado devido a uma contração do termo Visconde de Asseca, doador das terras onde o bairro se desenvolveu.

Foi ao longo do século XX que a Praça Seca passou por um processo mais intenso de urbanização, impulsionado pela ampliação da malha viária da cidade do Rio de Janeiro e pela expansão urbana em direção à Zona Oeste. Até a década de 1960, o bairro experimentou um crescimento significativo, deixando gradualmente suas características mais rurais e senhoriais para consolidar-se como uma área de residência de segmentos das classes populares e médias baixas. Nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 1980, passou a receber trabalhadores empregados nas obras e nos serviços relacionados à expansão de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca. Atualmente, segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro, o bairro possui 17 favelas, das quais quatro se destacam pela centralidade que ocupam nas disputas

(<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/01/milicias-se-unem-e-viram-forca-quase-unica-na-praca-seca-zona-oeste-do-rio-substituindo-o-traffic.ghml?fbclid=IwAR3vT4T0pKHauwVGXVs7lBe6foi3l9I9pwnOjBYCI4t0mfaFUw0pTSZfzek>); Praça Seca teve 11 dias seguidos de tiroteios em março, indicam dados do Fogo Cruzado

(<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/31/praca-seca-teve-11-dias-seguidos-de-tiroteios-em-marco-indicam-dados-do-fogo-cruzado.ghml>), dentre outras.

⁶ A mudança na estrutura administrativa da cidade ocorreu quando a pesquisa já estava em fase de conclusão. Assim, consideramos nesse artigo que Zona Oeste inclui também os bairros da nova Zona Sudoeste, onde a Praça Seca está inserida.

contemporâneas pelo controle territorial armado: Bateau Mouche (Batô), Morro São José Operário (Barão), Favela da Chacrinha e Morro do Divino.

Os primeiros registros de ocupação das favelas da Praça Seca por grupos de milicianos datam do início dos anos 2000, período em que também se popularizou a atuação das milícias no Rio de Janeiro. De acordo com as notícias veiculadas pelos meios de comunicação da época, especialmente os jornais O Globo e O Dia durante uma operação policial no morro São José Operário traficantes ligados ao Comando Vermelho foram executados por um grupo de policiais que passou então a ter o controle do Morro da Barão, principalmente pelo argumento da garantia da segurança para os moradores do bairro em oposição ao domínio exercido pelo tráfico de drogas.

Esse mito de origem da chegada de policiais que estariam retomando o controle territorial em favelas se dá em um período em que essas “ocupações” já ocorriam em outras áreas na cidade. A expansão das milícias no Rio de Janeiro foi bastante noticiada no início dos anos 2000 e provocou um debate público acerca da atuação desses indivíduos identificados, à época, como policiais e bombeiros (Cano & Ioot, 2008; Zaluar & Conceição, 2007).

Nesse período, começava-se a ter notícias das primeiras atuações desses grupos, ainda sem muita clareza do que eles representariam no cenário da violência urbana carioca. Várias figuras públicas falaram nos jornais de grande circulação que esses grupos seriam uma espécie de “segurança do bairro” ou “autodefesa comunitária” e os próprios moradores elogiavam a ocupação em oposição ao domínio pelo tráfico de drogas.

Até o início da primeira década do século XXI, as milícias eram identificadas no Rio de Janeiro como um grupo que oferecia “segurança” aos moradores das localidades, em oposição à violência realizada pelo tráfico de drogas, principalmente relacionada à comercialização de drogas, assaltos e conflitos armados entre grupos rivais e desses grupos com a polícia. Entretanto, as formas utilizadas pelos grupos para manutenção da “tranquilidade” passavam pelo uso contínuo de violência como forma de exercício de poder e ampliação do domínio dos territórios (Rocha, 2013; Araujo & Cortado, 2020).

Na história da violência urbana da cidade, o controle armado de territórios não constitui em si uma novidade, tendo em vista que desde o final dos anos 1980 é constante a presença de integrantes de facções ligadas ao tráfico de drogas nas favelas da cidade (Misse, 2011; Machado da Silva, 2008; Zaluar, 1985). A novidade em relação a esses grupos é uma modalidade de controle que aparece não mais atrelado ao tráfico de drogas, mas ligado, pelo menos nos primeiros anos, aos operadores da segurança pública do Estado.

A atuação das milícias no Rio de Janeiro remonta aos anos 1970. Desde esse período, temos registros da atuação de grupos que promoviam uma espécie de segurança de comerciantes em bairros da Zona Oeste e em municípios da Baixada Fluminense (Alves, 2003). Entretanto, tanto o termo quanto a própria atuação passaram a ter maior visibilidade nos jornais diários da cidade nos últimos 20 anos (Cano & Duarte, 2012, Cano & Ioot, 2008, Da Motta, 2020; Hirata, 2021; Carvalho, Rocha, Da Motta, 2023). A generalização do uso do termo milícia para caracterizar grupos armados com domínio de território que se diferenciavam dos grupos de traficantes pelo controle maior das rotinas e moralidades de moradores e da cobrança de taxas por serviços prestados como a segurança de comerciantes, fornecimento de internet e tv a cabo clandestina, dentre outras práticas de extorsão, ocorreu no início dos anos 2000.

A Zona Oeste permanece como principal reduto das milícias na capital fluminense, constitui-se como região estratégica para a consolidação da hegemonia desses grupos no conjunto da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com os dados mais recentes do Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro⁷, ao longo de quase toda a série histórica analisada, entre 2007 e 2024, as milícias controlaram ou influenciaram cerca de 90% da área e aproximadamente 80% da população estava submetida a algum tipo de domínio armado na região. A importância desse controle torna-se ainda mais evidente quando observamos que a Zona Oeste corresponde a cerca de 65% da superfície urbanizada da capital e abrange 438,73 km² e quase metade da população da cidade, estimada em cerca de 2,96 milhões de habitantes. Dessa forma, o domínio miliciano na Zona Oeste foi decisivo para a consolidação desses grupos como principal força de controle territorial armado na cidade do Rio de Janeiro.

Ao longo desses 20 anos, os conflitos e as disputas territoriais se intensificaram entre os milicianos e facções do tráfico de drogas, assim como entre grupos diferentes de milicianos que queriam o monopólio do território para seus negócios, que também se modificaram. Ao mesmo tempo, a percepção que moradores tinham desses grupos como “protetores” das localidades foi relativizada em decorrência, principalmente, dos constantes conflitos armados e da superexploração econômica promovida pelos milicianos. Os conflitos armados em áreas de domínio das milícias, antes incomuns, passaram a ter maior regularidade, o que causa impacto também para a ação coletiva.

⁷ O Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) e o Instituto Fogo Cruzado (IFC) trabalham desde 2018 na produção do Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro (MGA). Utilizamos aqui dados da última atualização, realizada em 2025.

Os movimentos coletivos de favelas: das associações de moradores aos coletivos culturais

É extensa a bibliografia que analisa a participação popular em lutas sociais. No Rio de Janeiro, em especial nas favelas, as associações de moradores exerceram papel fundamental na organização coletiva de base local (Burgos, 1998; Machado da Silva; Leite, 2005; Pandolfi; Grynszpan, 2002; Zaluar, 1985). Em muitos momentos, as associações de moradores foram o principal instrumento de negociação entre o poder público e os moradores de favelas e enfrentaram uma série de desafios como repressão, tentativas de toda ordem de controle e acusações de vínculos com organizações criminosas. A história da atuação das associações não cabe no escopo desse artigo, mas é importante dizer que com toda a crise de representatividade experimentada depois dos anos 2000, essas instituições tiveram papel significativo na mobilização coletiva de base local.

Se, logo após sua criação, as associações tiveram um papel mais reivindicativo, ao longo do tempo elas perderam essa característica e incorporaram outras funções. Ainda com todas as questões que envolvem as obscuras relações com a criminalidade local, as associações permaneceram na mediação entre os agentes externos, como ONGs, pesquisadores e o poder público. Por conta dessas negociações, as próprias associações de moradores passaram a executar ações de programas como o Gari Comunitário, Favela-Bairro e o PAC das Favelas dentre outras (Carvalho, 2014).

Machado da Silva e Leite (2005) chamaram a atenção para a “domesticação” dos favelados e suas organizações em dois sentidos: a prevalência de “parcerias” estabelecidas entre o poder público e instituições da sociedade civil, incluindo as organizações comunitárias, para o desenvolvimento de intervenções pontuais e localizadas em detrimento de políticas públicas universalistas; e a forma de atuação baseada na cooptação de moradores e dirigentes de organizações de base, com a despolitização de suas reivindicações e propostas e a redução dessas instituições a “aparelhos formais de poder”.

A consequência desse modelo é, em última análise, o esvaziamento do debate político das organizações dos moradores e uma forma de atuação que visava apenas aos interesses particulares de cada dirigente na relação com o poder público para o controle dos recursos financeiros e gestão de projetos. Isso representou para muitos uma possibilidade de ascensão

aos cargos da burocracia estatal, diminuindo assim a legitimidade para dentro e para fora das favelas (Silva; Rocha, 2008).

Muitas lideranças comunitárias procuravam manter distância das facções do tráfico de drogas, num esforço de afirmação ética e política, chamado por pesquisadores de “limpeza moral” (Rocha, 2013; Silva; Rocha, 2008). Entretanto, em áreas de domínio de milícias, a porta de entrada, muitas vezes, era a própria associação de moradores como no caso clássico de Rio das Pedras, onde o presidente da associação era um conhecido miliciano local.

Paralelamente, outros atores apareceram na cena: Organizações Não-Governamentais, Projetos Sociais, Coletivos Independentes foram se organizando para representar os interesses dos moradores e desenvolver ações e atividades de cultura, esporte e lazer. Com isso, os projetos sociais passaram a ocupar o espaço da mediação pública, relegando muitas associações de moradores a um papel secundário. Essa reconfiguração, somada à criminalização, contribuiu para o enfraquecimento da legitimidade dessas entidades tradicionais (Rocha, 2013).

Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) utilizam a metáfora da “teia de movimentos sociais” para representar o aspecto intrincado e precário desses múltiplos laços e imbricações estabelecidos entre as diferentes organizações dos movimentos com outros atores da sociedade civil e do Estado nos seus variados entrelaçamentos e múltiplas camadas políticas. Isso porque a teia inclui participantes ocasionais nos eventos e ações do movimento e simpatizantes, colaboradores de ONGs, partidos, igrejas e até mesmo instituições estatais com os financiamentos através de editais que fomentam a cultura.

Nessa teia, buscamos olhar especialmente para os grupos que atuam como articuladores de ações voltadas para a cultura nos bairros. Segundo Carneiro (2023), os coletivos culturais podem ser vistos como uma das modalidades mais expressivas dos movimentos sociais contemporâneos na medida em que eles se organizam em prol da reivindicação para ampliação do acesso à cultura e fomentam formas de sociabilidade que contribuem para a reinvenção dos espaços de atuação e valorização do pertencimento aos territórios, em especial, para romper com os estigmas pelos quais os bairros são representados.

Dessa perspectiva, a ampliação e capilaridade dos coletivos pode representar uma mudança nos modos de fazer política e de produzir a cidade, em especial na Zona Oeste, como a pesquisa tem nos mostrado. Essa transição não representa apenas uma mudança organizacional, mas uma reconfiguração dos modos de ação política e de produção do urbano.

Identificar, analisar e compreender como se dá a relação desses grupos com os grupos armados se mostrou uma interessante questão a ser pesquisada. Simone Gomes (2022) realizou uma pesquisa junto a grupos na Zona Oeste que ela denominou de “militância” e que eram atravessados pela questão da violência armada e por outros elementos da dinâmica social desigual que separa os bairros da Zona Oeste do restante da cidade do Rio de Janeiro. Para a autora, os bairros da Zona Oeste convergem no que se refere às altas taxas de pobreza, à distância do Centro da cidade, falta de empregos e presença forte de grupos armados como as milícias.

De acordo com a autora, os “militantes” seriam:

Sujeitos engajados em uma ou mais causas e identificados com estas, ainda que não constituam uma população homogênea, institucionalizados ou não, participando de reuniões, dividindo tarefas e suas causas, online e offline. Eles compartilham disposições para a ação e uma socialização política para as lutas coletivas (Gomes, 2022, p. 190).

A autora classifica então a militância da Zona Oeste em três momentos distintos. No período da década de 1970, em que a luta se pautava por melhorias relativas à infraestrutura de seus bairros. Em seguida, nos anos 1990, a pauta era pela ampliação do acesso à educação, direcionada pelos princípios da educação popular. A partir dos anos 2000, o foco se tornou o acesso e a ampliação de políticas relacionadas à cultura.

Nosso interesse de pesquisa converge para os grupos que atuam a partir da ideia da cultura, mas não exclusivamente. Como será analisado na próxima seção, buscamos compreender como as organizações que agem na Praça Seca têm realizado suas atividades mesmo sob o “cerco” da violência armada.

Os coletivos da Praça Seca e a presença difusa dos grupos armados

A Zona Oeste do Rio de Janeiro é reconhecida como a parte da cidade em que as milícias surgiram. Importante destacar que a escolha por essa região da cidade se deve a três elementos fundamentais: o primeiro se refere a uma questão histórica, tendo em vista que Rio das Pedras, favela localizada na região, é considerada o território de surgimento da milícia e Jacarepaguá a região que foi palco de capilaridade dos grupos nos primeiros anos do século XXI. O segundo elemento diz respeito à concentração populacional na Região Oeste, que concentra 2,6 milhões de habitantes em uma área correspondente a 70% do território da cidade. Outro elemento a ser considerado nessa escolha diz respeito às poucas pesquisas

realizadas nos bairros do extremo Oeste, o que nos oferece um campo muito profícuo a ser investigado que extrapola a questão da violência urbana.

Dessa perspectiva, também é lugar comum ouvir que na Zona Oeste “não tem nada”, ou seja, que as práticas política, de cultura e de lazer para serem experimentadas precisariam de um deslocamento até as regiões do Centro e Zona Sul. É incontestável que nessas regiões a concentração de equipamentos é maior, contudo nos inquietava essa ideia de que, na maior região da cidade, havia uma espécie de “vazio” político e cultural.

Foi indo atrás desse fio que fizemos uma primeira busca a partir de um projeto de pesquisa que tinha como campo a Praça Seca. Nesse contexto, identificamos uma rede diversa de iniciativas culturais e comunitárias atuantes no bairro. Entre elas, encontram-se projetos voltados para práticas esportivas com crianças e jovens, coletivos dedicados à produção audiovisual e à memória local, grupos ligados ao rap e à cultura urbana, além de iniciativas voltadas para a educação popular e ações de formação política. Passei a acompanhar de forma sistemática as atividades públicas realizadas pelo grupo que organiza ações de audiovisual e, a partir desse contato, estabeleci novas relações de confiança que me facilitaram o acesso às entrevistas. Importante também mencionar que atuei como pesquisadora em um projeto de valorização da memória local e essa atuação também facilitou o acesso aos participantes dos projetos e outras redes de coletivos de Jacarepaguá.

Embora apresentem diferentes graus de institucionalização, esses grupos compartilham uma atuação fortemente territorializada, com atividades nos espaços públicos, equipamentos municipais e espaços comunitários. Mais do que promover atividades culturais, tais iniciativas produzem espaços de encontro, fortalecem vínculos locais e articulam formas de mobilização em torno de problemas cotidianos do bairro.

Como indicado na introdução, entrevistamos oito ativistas de seis organizações comunitárias atuantes na Praça Seca, entre organizações não-governamentais, projetos sociais e coletivos autônomos voltados para áreas como cultura, esporte, educação e mobilização comunitária. Optamos por não os identificar individualmente e nem institucionalmente em razão do compromisso de anonimato estabelecido durante a pesquisa e da necessidade de preservar a segurança dos interlocutores.

Entretanto, é importante situar as ações no território e o modelo institucional adotado. Assim, as entrevistas realizadas foram: 1) ONG localizada dentro da favela; 2) Projeto social localizado dentro da favela; 3) Coletivo cultural com atuação dentro da favela; 4) Projeto

social com atuação dentro da favela e em área formal; 5) Coletivo cultural com atuação dentro do Centro Cultural Municipal; 6) Coletivo cultural com atuação em área formal do bairro.

Um aspecto recorrente das entrevistas foi o fato de que a violência raramente aparecia como elemento central das narrativas sobre o bairro. Ao contrário, os entrevistados frequentemente buscavam relativizar sua centralidade por meio de afirmações como “o bairro não é só violência” ou “tem muita coisa boa aqui”. Essas formulações evidenciam uma disputa simbólica em torno das formas pelas quais a Praça Seca é representada, especialmente pelos meios de comunicação, recusando leituras que reduzem o território exclusivamente à presença dos grupos armados e aos tiroteios.

Entretanto, ainda que a violência nem sempre apareça como tema principal das narrativas, seus efeitos atravessam continuamente as atividades desenvolvidas pelos grupos. Assim, quando os tiroteios ocorrem, a circulação dos participantes e dos moradores de forma geral é interrompida; em muitos casos, as atividades são suspensas. Mesmo que o conflito armado não tenha ocorrido no local onde a atividade seria realizada, por razões de segurança as atividades são suspensas.

Em quase todas as entrevistas, os interlocutores narraram que a atuação dos grupos armados não afetava diretamente seu trabalho, tendo em vista que raramente eles iam “cobrar taxa de segurança”, mas que quando ocorriam conflitos armados a orientação era a de suspender as atividades. Como explica uma das interlocutoras:

A gente nunca teve nenhum problema, nunca fizeram nenhum tipo de cobrança, nem visita, graças a Deus, de nenhum dos lados. Mas a gente tem problema porque tem que cancelar as atividades. Hoje, a gente está no impasse, porque a gente tem jiu-jitsu à noite, e a maioria dos alunos moram no Batô, e eu não acho seguro manter uma atividade de 18 às 19h com moradores de uma comunidade que está em guerra (mulher negra, 38 anos).

Carvalho, Rocha e Da Motta (2023) já sinalizaram que as atuais dinâmicas de “cerco” produzidas por diferentes grupos armados promovem efeitos sobre as sociabilidades locais e implicam novos constrangimentos, riscos, dificuldades e incertezas. Independentemente do domínio territorial, seja facção de tráfico ou grupo de milícia, a ação coletiva nas favelas e bairros tem sido impactada.

A Praça Seca é um bairro que tem sido afetado como um todo pelos conflitos armados. Os próprios moradores e interlocutores da pesquisa distinguem entre o “bairro”, ou seja, as áreas residenciais formais, o comércio de rua, a praça pública, os equipamentos culturais e

esportivos, e as “favelas” que o compõem. Essa distinção organiza percepções diferenciadas sobre a exposição ao risco e sobre as formas de circulação no território. Muitas das atividades dos grupos analisados acontecem justamente nesses espaços formais: na praça que dá nome ao bairro, nas quadras, nos centros culturais, em equipamentos públicos municipais. O cerco, na Praça Seca, não se produz apenas pela proximidade física com os grupos armados, mas por uma presença difusa que permanece em todo o território do bairro como já desenvolvido em outro artigo (Carvalho; Da Motta, 2024). A interrupção das atividades, a restrição da circulação, a antecipação constante do risco, que atravessam o bairro de maneira desigual, atinge de formas distintas quem mora na favela e quem mora na área formal, sem poupar nenhum dos dois.

Na pesquisa de campo realizada na Praça Seca, percebemos que a ostensividade da presença territorial influencia diretamente no tipo de relação que o grupo armado estabelece com a população sob seu domínio. Por ostensividade da presença territorial entendemos o grau de visibilidade pública e de intervenção cotidiana exercido pelos grupos armados sobre a vida local, expresso na circulação de homens armados, na imposição de normas, na cobrança de taxas e na demonstração pública de poder. A frequência dos confrontos ou sua ameaça constante de irrupção produzem uma sociabilidade local mais conflituosa, com altos graus de vigilância e monitoramento e uma constante reclamação dos moradores pela ausência da “paz” existente em momentos anteriores, seja pelos grupos milicianos, seja pelas facções de traficantes de drogas.

Por outro lado, ao indagar se a milícia já havia atuado diretamente na proibição da realização de alguma atividade, os relatos dos entrevistados apareciam de modos diversos. Um interlocutor que teve uma importante atuação na questão da mobilidade urbana no bairro contou que a milícia nunca “mexeu” com eles:

Na época da luta pelo transporte, que foi o nosso maior movimento de união de moradores em prol de alguma coisa, a gente até achou que poderia haver uma interferência da milícia, porque os caras tinham vereador, tinham não sei o que, mas não, não se meteram em nada. A gente fez uma manifestação uma vez, que a gente fechou a Cândido Benício, a gente foi andando até o Mato Alto, retornou e voltou e não houve nenhum deles descendo e falando: vamos parar com essa bagunça aí. Nada (homem negro, 40 anos).

O relato sugere que a relação entre os coletivos e os grupos armados não se resume à interferência direta ou à proibição de atividades. Em determinadas circunstâncias, ações coletivas voltadas para reivindicações urbanas puderam ser realizadas sem intervenção

explícita dos milicianos. Isso não significa ausência de controle, mas indica que os efeitos do domínio armado são produzidos de maneira desigual e variável, dependem do tipo de atividade, do território em questão e das formas de visibilidade pública mobilizadas pelos grupos. Como a pesquisa foi realizada em um período de bastante tensão, as atividades relacionadas ao hip hop, por exemplo, haviam sido suspensas e só retornaram quando o CV retomou a favela e “autorizou” a continuidade da roda de rima.

Contudo, é bastante visível a diferença de atuação dos milicianos junto aos moradores da parte formal do bairro e em relação aos moradores residentes nas favelas situadas no bairro. O relato de uma ativista cultural aponta que:

É muito desleal porque você compete com uma coisa que, na verdade, pra muitos só tá no ouvir, não tá nem no vivenciar. Porque só quem vivencia é quem tá lá no morro mesmo. Quem tá lá, quem tem que subir, quem não pode subir, quem vê corpo. Quem tá aqui embaixo, às vezes tranquilo, só fica naquela de ‘Nossa, muito perigoso, não vou’ (mulher negra, 38 anos).

Nas favelas, por exemplo, os conflitos armados pelo controle territorial são constantes e as cobranças de taxas são mais cotidianas e violentas. Conforme aponta esse ativista:

A milícia te obriga a pagar eles. Às vezes eu fico pensando: será que eu enfartei por causa disso? De ver uma comunidade que a gente botou água, que a gente botou luz, que a gente botou esgoto, que a gente botou telefone, que a gente correu atrás, que a gente perdeu dias e noites de trabalho, que você foi construindo a tua moradia, tijolo a tijolo, subiu com material nas costas, e o cara chegar com um fuzil na mão e dizer que ele que é o dono daquilo ali, se você vender a tua casa, que tem que dar 20% do valor da tua venda, do teu barraco para essa pessoa? (homem negro, 60 anos).

Em outra situação, na ONG que atua com atividades esportivas, ao serem cobrados pelo pagamento da taxa de segurança, o coordenador da organização informou que não pagaria e que iria encerrar as atividades, o que provocaria grande repercussão tendo em vista que a ONG tem uma atuação importantíssima na favela, tendo conquistas como medalhas olímpicas no esporte a que a instituição se dedica. Assim, segundo o interlocutor, a possibilidade da repercussão negativa fez com que os milicianos desistissem da cobrança.

Mas a cobrança e a violência acontecem também nas áreas consideradas formais. Sobre a situação da taxa de segurança, uma interlocutora que reside na área formal chamou a atenção para a questão dos comerciantes e para o monopólio relacionado à compra de botijão de gás, que, segundo ela, seria dos milicianos. Outra questão também observada e exemplificada no relato da entrevistada é sobre a circulação dos milicianos pelo bairro:

A milícia circula pelos espaços. A gente tem agentes da polícia que são milicianos, dos bombeiros que são milicianos, da Guarda Municipal que são milicianos, de qualquer instituição. Então, você nunca sabe quem é miliciano. Eles conseguem circular pelos espaços, aí tá o grande problema. Porque ele tá em qualquer lugar. Então, ele desce, ele cobra, ele faz, ele acontece. Eu moro na [nome da rua] e eu não consigo comprar gás. Antes, eu pedia de qualquer lugar e levava (mulher negra, 38 anos).

Outro entrevistado contou sobre a cobrança na área formal:

De promiscuidade, milícia e tráfico, tráfico e milícia. Aqui na Praça Seca tá isso, né? Aí você vê o miliciano que tem que cobrar o jornaleiro na frente da cabine da polícia. Um dia por acaso estava passando lá no jornaleiro, o cara indo lá cobrar, o jornaleiro olhando assim para a polícia. Isso vai consumindo o cara por dentro. E o cara vai adoecendo, né? (homem negro, 60 anos)

Em entrevista com outro ativista local, ele nos contou que no período da pandemia de covid-19, o grupo começou a distribuir cestas básicas nas favelas. Eles fizeram um mapeamento para identificar as famílias em maior vulnerabilidade e estabeleceram alguns critérios de prioridade, pois não tinha cestas suficientes para todos. Nesse processo de levantamento e distribuição, eles receberam um pedido para que quatro cestas básicas fossem direcionadas aos milicianos. Eles tentaram argumentar que havia um critério e que outras famílias ficariam sem os alimentos.

A gente tem aqui um critério, são pessoas com idosos, crianças, que é mãe e solo, então a gente tinha uns critérios, aí se sobrar a gente vai dar pra outras pessoas. A gente não corta ninguém. Só que é isso, né, vai na fila. Aí vinha uma pessoa sozinha em casa, a gente não corta ela porque ela está sozinha em casa, só que é mais fácil ela dividir com uma outra família do que a gente dar pra essa pessoa que é sozinha em casa e deixar uma família com seis, sete pessoas. Mas essa pessoa vai receber também, só que vai esperar um pouco mais. Eu expliquei isso a ele. Só que ele disse: mas tem como arrumar quatro aí? Eu falei, ué, se tu tá falando que quer quatro, eu vou te dar quatro, vou falar que não? Se você tá me perguntando se eu posso, eu falo que não. Que vai tirar de alguém. Mas se tu tá falando que eu tenho que te dar quatro, eu vou te dar quatro, vou falar que não? Eram os milicianos mesmo. E aí era quatro cestas por quê? Era para as mulheres deles. Aí o que a gente fez? Tiramos de lá, paramos de descarregar lá na rua, entendeu? Aí foi quando a gente viu mais necessidade ainda de alugar um espaço aqui. Cara, assim, quatro cestas não é nada demais, mas eu não vou dar quatro cestas para o miliciano para ele pagar como se fosse pensão para as famílias, né? Ainda mais de quem não precisa. Aí, eu falei: só lá em casa tu ganha o que compra uma cesta básica, entendeu? E aí, compra e dá pra ela, né?

[Entrevistadora]. Você falou isso para ele?

Não, só pensei. Aí a gente fez essa estratégia só de tirar de lá né? E, ó, não estamos recebendo mais (homem negro, 37 anos).

Ainda que longo, o relato acima demonstra como as estratégias para permanecer com as atividades precisam ser criadas e, sobretudo, de maneira cuidadosa para evitar qualquer

tipo de retaliação por parte dos milicianos. Essas estratégias para driblar o pagamento das taxas são relatadas inúmeras vezes também por moradores que não têm nenhum tipo de atuação política ou cultural no bairro.

A análise das experiências dos coletivos culturais e das organizações locais da Praça Seca permite compreender o cerco não apenas como um conjunto de restrições impostas pela presença de grupos armados, mas como um regime que produz formas específicas de viver, circular e agir na cidade. Sob domínio miliciano, a vida urbana passa a ser organizada por interrupções recorrentes, antecipações constantes e cálculos cotidianos que atravessam tanto as práticas individuais quanto as ações coletivas.

Nesse contexto, a ação coletiva não desaparece, mas se reorganiza a partir de repertórios marcados pela cautela, pela discrição e pela adaptação. Cancelar atividades, mudar locais, silenciar conflitos e evitar confrontos diretos não configuram ausência de política, mas formas situadas de fazer cidade sob coerção. Essas práticas revelam uma política do cuidado e da permanência orientada pela tentativa de sustentar vínculos, encontros e iniciativas culturais em um ambiente marcado pela imprevisibilidade.

A presença dos grupos armados opera, assim, de maneira difusa. Mesmo quando não há intervenção direta, ela se faz sentir na vigilância constante, na restrição da circulação e na desigualdade de exposição ao risco entre os moradores da Praça Seca. É nessa presença difusa, mais antecipada do que explicitamente imposta, que se organizam os modos cotidianos de circulação, silêncio e ação coletiva no bairro.

Considerações finais

Este artigo analisou como as transformações recentes na dinâmica da violência urbana no Rio de Janeiro, especialmente com a expansão das milícias na Zona Oeste, atravessam a vida cotidiana dos moradores e reconfiguram as formas de organização coletiva de base local. Ao dialogar com o conceito de “vida sob cerco”, propusemos uma abordagem que enfatiza não apenas os efeitos restritivos da presença armada, mas também sua capacidade de produzir modos específicos de viver e fazer a cidade.

Ao revisitar o percurso histórico das associações de moradores e a emergência dos coletivos culturais, mostramos como a ação coletiva nas periferias passou por reconfigurações importantes, deslocando-se de formas mais institucionalizadas de reivindicação para práticas flexíveis, situadas e sensíveis ao contexto. Esses coletivos assumem um papel central na

produção de sociabilidades, na criação de espaços de encontro e na sustentação de vínculos territoriais, mesmo em cenários marcados por coerção e vigilância.

A análise das ações culturais na Praça Seca, território historicamente marcado pela presença de grupos milicianos, revela que, mesmo em contextos de forte controle armado, emergem práticas que disputam narrativas e buscam reconstruir vínculos de pertencimento. A produção cultural se apresenta, nesses casos, como ferramenta de resistência, ainda que nem sempre nomeada como tal. O discurso recorrente de que “o bairro não é só violência” indica uma tentativa de reposicionar esses espaços na paisagem urbana da cidade.

Ao destacar essas experiências, apontamos para a existência de iniciativas que tensionam os limites impostos pelo cerco territorial. Essas ações, embora atravessadas por riscos e limites impostos pela presença armada, mobilizam formas de reinvenção do cotidiano e de afirmação política, muitas vezes invisibilizadas pelos discursos hegemônicos sobre violência urbana. Com isso, contribuímos para uma compreensão mais abrangente das formas de resistência e da produção de vida nas periferias cariocas, reconhecendo que, mesmo sob cerco, há criação, organização e luta.

Referências

- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S. *et al.* (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: Novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ALVES, José Claudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. [s. l.] Associação de Professores e Pesquisadores de História, CAPPH-CLIO, 2003.
- ARAUJO, Marcella. CORTADO, Thomas Jacques. A Zona Oeste do Rio de Janeiro, fronteira dos estudos urbanos? **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 1, jan-abr, 2020, p. 7-30.
- BURGOS, Marcelo Bauman. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ALVITO, M.; ZALUAR, A. (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 25-60.
- CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **“No sapatinho”**: A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.
- CANO, Ignacio; IOOT, Carolina. “Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas ‘milícias’ no Rio de Janeiro”. In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 48-103.
- CARNEIRO, Sandra de Sá. Coletivos suburbanos cariocas: cultura, estigmas e políticas de resistência. In: CARNEIRO, S. de S; MATTOSO, R. (Orgs.) **Subúrbios**: espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.
- CARVALHO, Monique Batista. **Os dilemas da “pacificação”**: práticas de controle e disciplinarização na “gestão da paz” em uma favela do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
- CARVALHO, Monique Batista; Da MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. O “cerco pelo terror” em territórios em disputa na Zona Oeste/RJ. **Cadernos Metrópole**, v. 26, p. 1-20, 2024.
- CARVALHO, Monique Batista; ROCHA, Lia de Mattos; Da MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. **Milícias, facções e precariedade** [livro eletrônico]: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados, 1ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023.
- CARVALHO, Monique Batista; ROCHA, Lia de Mattos; Da MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. As novas modalidades de “cerco” da criminalidade carioca: um estudo comparativo das condições de vida em territórios periféricos no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 12, p. 1-25, 2024.
- DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. **A experiência do Jardim Batan**: regime de incerteza no pós-pacificação (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.
- DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. As múltiplas faces da milícia Liga da Justiça: Reorientação moral e deslocamento político na Zona Oeste do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 17, p. e56261, 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Metamorfoses da participação no Brasil**: coletivos periféricos urbanos, povos indígenas, juventudes autonomistas e conselho de participação social da República. Petropolis, RJ: Vozes, 2025.

GOMES, Simone. A sociabilidade militante na Zona Oeste do Rio de Janeiro. In: ARAÚJO, F.; DAVIES, F. A. **Rio a Oeste**: modos de habitar e fazer a cidade. Rio de Janeiro, Lamparina, 2022.

GENI; INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Mapa histórico dos grupos armados do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2025.

HIRATA, D. V. *et. al.* **Expansão das milícias no Rio de Janeiro**: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Relatório Final. Fundação Heinrich Böll, 2021.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; MENEZES, Palloma Valle. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos estudos Cebrap**, v. 38, 2019.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Marcia Pereira. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, L. A. *et al.* (Orgs.). **Rio**: a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 13-25, 2011.

PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mario. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROCHA, Lia de Matos. **Uma favela diferente das outras?** Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet & Faperj, 2013.

SILVA, Itamar; ROCHA, Lia de Mattos. Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). **Segurança, tráfico e milícias**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. “Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: Que paz?”. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.

Recebido em 31/1/2025

Aceito em 5/6/2026



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

